DIÁLOGOS ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Antônio Tomasi
Roberta Carvalho Romagnoli
Organizadores

DIÁLOGOS ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO:

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

D536 Diálogos entre trabalho e educação [recurso eletrônico]: desafios contemporâneos / Antônio Tomasi, Roberta Carvalho Romagnoli (organizadores). – Belo Horizonte: JADesign, 2020.

1 recurso online (353 p.): il. – Inclui bibliografias.

ISBN: 978-65-88826-00-3.

1. Educação 2. Educação permanente 3. Mercado de trabalho 4. Relações trabalhistas 5. Formação profissional 6. Salários I. Tomasi, Antônio de Pádua Nunes II. Romagnoli, Roberta Carvalho III. Título

CDU(1976) 37

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Junio Martins Lourenço CRB 6/3167.

Comitê Científico

Prof. Dr. Joaquim Luís Medeiros Alcoforado
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. José Peixoto Filho - UFF

Prof. Dr. Luciano Rodrigues Costa - UFV

Profa. Dra. Lucília Regina de Souza Machado – UFMG

Comitê Editorial

Profa. Dra. Renata bastos Ferreira Antipoff - IFMG

Prof. Dr. José Newton garcia de Araújo - PUC

Prof. Dr. Ivo de Jesus RAMOS - CEFET-MG

Prof. Dr. João Batista Begnami - UFMG

Dados Gerais

Editora Jadesign Ltda
20.965.872/0001-00

Editoração e Capa:
Jadesign Ltda

1ª Edição

Nota: Muito zelo e técnica foram empregados nesta obra. No entanto, podem ocorrer erros de digitação, impressão ou dúvida conceitual. Em qualquer das hipóteses, solicitamos a comunição ao organizadores para esclarecer ou encaminhar a questão.

Sumário

1. Apresentação

Antonio Tomasi e Roberta Carvalho Romagnoli

2. Relações de trabalho em equipes multiprofissionais e formação interprofissional

Gestos de intervenção sócio-clínica e processos de deliberação

Sébastien Pesce

A restituição como dispositivo para a formação interprofissional na educação permanente.

Cinira Magali Fortuna e
Roberta Carvalho Romagnoli

Reparando cristales rotos: trabajo multidisciplinar sobre violencia escolar en Xalapa, Veracruz, México.

Maria José Oramas Garcia e
Lizette Figueroa Vázquez

Pesquisa-intervenção e formação transdisciplinar: multiprofissionais na escola.

Maria Cecília Luiz

3. Narrativas coletivas no trabalho, relações com o conhecimento e emancipação

Microfenomenologia da vivência no trabalho: da epistemologia ao método.

Hervé Breton

A linguagem em perspectiva na experiência de trabalho.

Daisy Moreira Cunha

Narrativas polifônicas na formação profissional.

Maria da Conceição Passeggi

4. O trabalho digital e a questão do conhecimento como força produtiva

O trabalho digital e seus desafios: conhecimento e condicionantes da flexibilização do trabalho

Jacob Carlos Lima

A fabricação de computadores no Brasil: elementos para pensar os limites das teses da chamada "sociedade da informação"

Maria Aparecida Bridi

Conocimiento, cambio tecnológico y plataformas. Sus efectos sobre el trabajo digital.

Pablo Miguez

5. Desafios, tensões e práticas em torno da noção e da abordagem de competência

Habilidades transversais em uma primeira atividade: questões e usos de identidade

Muriel Deltand

Desafios e significado da "lógica da competência": rumo a um novo sistema de mobilização social

Mokthar Kaddouri

6 – O futuro do trabalho: o que temos a aprender quando o campo do Direito e da Educação interrogam o processo do trabalho

O futuro do trabalho: como, e por quê discutí-lo ?

Charles Moreira Cunha e
Geraldo Márcio Alves dos Santos

7 – Colóquio sobre a Formação em Alternância

As formações por alternância: perspectivas internacionais

Gaston Pineau,
Pedro Puig-Calvo

Apresentação

O Simpósio Internacional Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade – SITRE foi criado em 2006 e desde então é organizado por professores/pesquisadores e pós-graduandos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG e da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Ao longo do tempo os demais eventos que se sucederam passaram a contar com um importante número de professores/pesquisadores e pós-graduandos de outras universidades brasileiras e estrangeiras, nos trabalhos de organização, de fomento, de divulgação de trabalhos, de intercâmbio científico e acadêmico e de internacionalização das instituições envolvidas.

Dentre os demais professores/pesquisadores e pós-graduandos das instituições empenhadas nos trabalhos ressaltamos os da Université de Orleans-França, do Conservatoire National des Arts et Métiers - CNAM-Paris, da Université de Tours-França, da Universidade Federal de São Carlos, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/Minas, da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais e da Universidade Federal de Viçosa - UFV.

Graças a esses profissionais e suas Instituições o SITRE vem ganhando a cada evento maior visibilidade e reconhecimento da comunidade acadêmica brasileira e internacional.

Desde o I SITRE, um grande número de professores/pesquisadores de várias partes do Brasil, das Américas e da Europa, comparece aos eventos que se sucedem a cada dois anos.

As pesquisas apresentadas nos Grupos de Trabalho – GTs são em número crescente a cada evento. Para o VIII SITRE estão previstos 32 GTs e espera-se a apresentação de mais de 300 trabalhos, que ficarão registrados nos Anais do evento, um espaço de consulta disponibilizado permanentemente aos interessados.

Uma Conferência de Abertura e seis Mesas Redondas, constituídas de professores/pesquisadores brasileiros e estrangeiros, aportarão aos participantes do evento contribuições científicas e acadêmicas, frutos de suas pesquisas e reflexões sobre o trabalho, a educação e suas relações.

Ainda que nos eventos anteriores as contribuições apresentadas nas Mesas Redondas pelos seus membros tenham sido gravadas e disponibilizadas ao público, concluiu-se que elas poderiam ser mais bem aproveitadas se disponibilizadas previamente na forma de textos aos participantes do evento, permitindo uma maior e melhor interação deles com os expositores, membros das Mesas Redondas e disponibilizadas após o evento aos demais interessados.

Movidos por essa preocupação, o SITRE decide, pela primeira vez, reunir num livro/e-book as contribuições dos professores/pesquisadores apresentadas nas Mesas Redondas e Conferências. O evento, inicialmente programado para os dias 11, 12 e 13 de junho de 2020, em Belo Horizonte – MG, foi transferido para o período de 02 a 07 de novembro do mesmo ano devido à COVID-19, pandemia que submeteu a humanidade e em especial os trabalhadores e trabalhadoras aos mais sofridos constrangimentos, dentre eles os da saúde e da educação, me-recidamente tratados nesta obra.

Mais do que uma importante contribuição para a comunidade acadêmica a organização das contribuições na forma de textos e sua disponibilização à comunidade acadêmica e científica, a obra aqui apresentada é, antes de tudo, o reconhecimento respeitoso dos trabalhos dos colegas brasileiros e estrangeiros, das suas trajetórias profissionais exitosas e da sua disposição generosa de virem até nós exporem suas pesquisas, reflexões e se oferecerem ao diálogo.

Os trabalhos dos professores Sébastien PESCE - Univ. Orléans (França), Cinira FORTUNA - USP/Ribeirão Preto (Brasil), Maria Cécilia LUIZ - UFSCAR (Brasil), Maria José Garcia ORAMAS e Lizette Figueroa VÁZQUEZ - Univ. Veracruz (México), Roberta ROMAGNOLI. PUC-Minas (Brasil), Hervé BRETON - Univ. Tours (França), Daisy Moreira CUNHA - UFMG (Brasil), Maria da

Conceição PASSEGGI - UNICIDE (Brasil), Jacob Carlos LIMA - UFSCar (Brasil), Pablo MIGUEZ - Universidad Nacional General Sarmiento (Argentina), Maria Aparecida BRIDI - UFPR (Brasil), Mokthar KADDOURI - Universidade de Lille (França), Muriel DELTAND - Universidade de Bruxelas e CNAM/Paris, (Bélgica/França), Charles Moreira CUNHA e Geraldo Márcio Alves dos SANTOS – UFMG (Brasil) apresentados em suas respectivas Mesas Redondas, testemunham os acontecimentos recentes no mundo do trabalho e da educação e das suas relações e os expõem a partir de olhares e perspectivas diversas das ciências humanas e sociais, das ciências da educação e correlatas.

AAcrescente-se aos trabalhos acima mencionados o dos professores Gaston PINEAU (Universidade de Montreal Quebec/Canadá) e Pedro PUIG-CALVO (Universidade Internacional da Catalunha/Espanha) sobre a Formação em Alternância realizado em parceria com professores brasileiros, formados pelo primeiro na Universidade de Tours-França. Juntos, eles fazem uma reflexão e expõem suas experiências na França, no Canadá e no Brasil. No VIII SITRE eles têm um espaço muito particular num Colóquio sobre a Formação em Alternância, registrado, aqui.

O SITRE, com essa obra, cumpre um dos seus objetivos, que é o de fomentar e divulgar os trabalhos de colegas brasileiros e estrangeiros, consolidando os esforços de produção e de intercâmbio científico e acadêmico e de internacionalização de suas instituições.

Finalmente, registramos a nossa alegria e agradecemos a honra que nos foi concedida pelos colegas de reunir e organizar seus trabalhos, que ora disponibilizamos aos participantes do VIII SITRE e a toda comunidade acadêmica brasileira e estrangeira.

Que tenham todos e todas uma boa leitura.

Antônio Tomasi

Roberta Carvalho Romagnoli

RELAÇÕES DE TRABALHO EM EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS E FORMAÇÃO INTERPROFISSIONAL

A restituição como dispositivo para a formação interprofissional na educação permanente em saúde

Cinira Magali Fortuna

Roberta Carvalho Romagnoli

Introdução

Esse texto pretende colocar em análise o processo de restituição presente na pesquisa intervenção financiada pela iniciativa Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) intitulada: "Apoio Institucional e Educação Permanente em Saúde em uma Região de Saúde do interior de São Paulo: uma pesquisa intervenção" (processo n 2016/15199-5), evidenciando as tensões e forças vividas nos (des) encontros com a equipe do apoio e da educação permanente e seus efeitos na formação dos agentes da política de saúde.

As décadas de 70 e 80 no Brasil viveram uma efervescência dos movimentos sociais, que desembocaram na Constituição Federal de 1988, conhecida como constituição cidadã. Nesses movimentos, forças coletivas lutavam por novas formas de expressão, por reformas e pela a formulação e implementação das políticas públicas no Brasil, na busca de mudar a situação de opressão e de exclusão social historicamente consolidadas. Nesse contexto, o movimento sanitário e o movimento da luta antimanicomial foram os grandes sustentáculos da política de saúde pública em nosso país (Nunes, 2006).

No campo da saúde, essas políticas se baseiam na mudança da concepção clássica de atenção à saúde, com seus fundamentos assistencialistas e curativos, para uma visão que se sustenta em um conceito ampliado de saúde, entendida como condições de vida. Essa mudança de paradigma se viabilizou através da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como um de seus objetivos principais a reorientação do modelo assistencial a partir da atenção básica, atuando no nível primário de atenção. Através da Estratégia Saúde da Família (ESF) pressupõe a parceria com a família, para sustentar a nova proposta de saúde e melhorar assim, a qualidade de vida da população. Essas políticas públicas apresentam dificuldades de sustentação no quotidiano das práticas profissionais. Muitos são os motivos: a formação de profissionais ainda centrada em aspectos biológicos, a histórica separação entre ações curativas de saúde e ações preventivas, os interesses corporativos e de setores privados ligados a indústria medico farmacêutica, as dimensões continentais do país, o financiamento insuficiente para o SUS, a implementação de políticas neoliberais, a desigualdade social vigente, dentre outros.

Nesse cenário, é preciso destacar que em 2003 e 2004 duas Políticas Públicas foram lançadas pelo Ministério da Saúde: A Política Nacional de Humanização (PNH), com o intuito de sustentar os princípios do SUS no cotidiano das práticas de atenção e gestão, incentivando trocas ativas e solidárias entre gestores, formadores, trabalhadores e usuários e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) focada na educação dos profissionais de saúde, contribuindo para o aprimoramento das práticas profissionais na produção coletiva do cuidado e como a organização dos processos de trabalho (Ministério da Saúde, 2004 e 2010). A PNEPS traz como uma de suas perspectivas a formação no trabalho e pelo trabalho e envolvendo diversas categorias profissionais (CECCIM, 2005), assim a formação intercategorias profissionais e através de experiências concretas

e que visem a integralidade da atenção está na base do processo formativo. Ambas possuem por ambição a provocação de analises críticas sobre o trabalho em saúde envolvendo gestores, usuários, formadores e estudantes. Certamente essas políticas apresentam dificuldades de capilarização e materialização nos serviços de saúde. Por essa razão, o Departamento Regional de Saúde de Araraquara, através do Centro de Desenvolvimento e Qualificação para o Sistema Único de Saúde (CDQ-SUS), criou junto aos gestores dos vinte e quatro municípios de sua área de adscrição, um ator social. Nesse contexto, o ator social é um trabalhador desses municípios, responsável pela articulação das ações de educação permanente em saúde e apoio institucional de humanização, operando na interface dessas duas políticas.

Assim para o funcionamento e sustentação das atividades dos atores sociais, constituiu-se um coletivo que se reúne uma vez ao mês para partilhar ações desenvolvidas, dificuldades e potencialidades dos serviços, das práticas profissionais e dos territórios. Trata-se de um espaço dedicado a Educação Permanente desses atores ligados a essas políticas públicas, buscando provocar mudanças no processo de trabalho dos profissionais para consolidar as diretrizes do SUS e atuar na produção do cuidado em suas várias dimensões contidas no atendimento à saúde.

Certamente esse coletivo apresenta impasses em suas interações, no próprio grupo e com os serviços e território. Desse modo, a partir da necessidade de acompanhamento e análise sobre o trabalho desenvolvido, vem sendo articuladas pesquisas vinculadas a iniciativa Projeto de Pesquisa para o SUS (PPSUS) das quais participam gestores estaduais (CDQ-SUS), profissionais de saúde dos municípios que desenvolvem as funções de apoiadores e articuladores, docentes de duas universidades públicas e pós-graduandos (Borges et al., 2019). É nesse contexto que as discussões presentes nesse texto se inserem, e cujos processos descrevermos com mais detalhes a seguir.

A pesquisa, sua proposta metodológica e seu processo

A pesquisa desenvolvida tem uma abordagem qualitativa do tipo pesquisa-intervenção e seu objetivo geral é analisar as práticas de Educação Permanente em Saúde e Apoio Institucional dos municípios do Departamento Regional de Saúde - DRSIII de Araraquara. Esse estudo tem ainda como referencial teórico metodológico a Análise Institucional de René Lourau (1990 e 2004), linha Socio-Clínica. De acordo com Monceau (2013 a e b), a vertente Socio-Clínica orienta suas ações e análises através de oito princípios ou características, a saber: análise da encomenda e das demandas, participação dos sujeitos no dispositivo, trabalho dos analisadores, análise das transformações que ocorrem à medida que o trabalho avança, trabalho das implicações primárias e secundárias, intenção da produção de conhecimento, atenção ao contexto e interferências institucionais. Essa perspectiva pressupõe uma prática clínica de pesquisa, atuando como apresenta o trabalho sócio clínico como um dispositivo que produz efeitos sobre os grupos, as pessoas e as organizações interferindo em seu cotidiano (FORTUNA et al 2014). Monceau (2013 a e b) afirma que é a partir dessas interferências que é possível se produzir a análise das práticas dos serviços na França, também objetivo de nossa pesquisa. Esse dispositivo associa produção de conhecimento e intervenção produzindo deslocamentos no campo de pesquisa, além de realizar análises em conjunto com a população pesquisada, em interface com a pesquisa-intervenção realizada no Brasil.

A multideterminação de nosso objeto de estudo, a complexidade da realidade social e a demanda incessante de contribuição efetiva da academia com a vida cotidiana são alguns dos indicadores da necessidade de se pensar metodologias participativas no processo de construção de conhecimento. Ao discutir

os modos de pesquisar que são feitos na vertente de "transformar para conhecer", como propõe os institucionalistas, dentre eles René Lourau, e Gilles Monceau, Amador, Lazzarotto e Santos (2015, p. 231) afirmam que "a pesquisa-intervenção é gestada enquanto estratégia de produção de conhecimento combativa ao modelo do projeto moderno de ciência, esse almejando a dicotomização sujeito-objeto, razão-realidade." Assim, a pesquisa-intervenção rompe com os modos clássicos de pesquisar, não buscando realizações e verdades, mas colocando em um mesmo plano o conhecer e o intervir, com o intuito de desestabilizar o instituído e provocar forças instituintes, deslocamentos nos coletivos estudados.

No embate entre os modelos que buscam perpetuar o que está instituído e as forças que buscam deslocar de maneira instituinte os serviços de saúde, essa metodologia de pesquisa tenta rastrear as situações invisíveis, as coisas que não são ditas e produzem efeitos e que atravessam o cotidiano das equipes estudadas. Nessa proposta metodológica, o conhecimento é produzido de maneira processual e singular, sustentando a complexidade, mapeando as forças presentes, analisando os efeitos dos encontros.

Utilizando a metodologia da pesquisa-intervenção socio clínica, sustentamos duas linhas coexistentes para a produção de dados em nosso estudo. O campo de análise se constituiu da leitura e discussão coletiva sobre as ideias de René Lourau e Gilles Monceau, que sustentam a proposta de pesquisa-intervenção desse estudo, e autores nacionais que trabalham nessa vertente. Efetuamos, ainda, o estudo de artigos acerca das práticas, dos impasses e desafios na sustentação cotidiana do SUS, bem com das práticas da PNH e PNEPS. O campo de intervenção se constitui em um projeto de trabalho coletivo com a equipe dos profissionais que integram grupo de atores sociais dos municípios estudados, versando sobre suas demandas, dificuldades e conflitos, incluindo reflexões sobre a dimensão político-institucional

(organização do trabalho, relações entre os setores e equipes, relação com o território) e a dimensão do cuidado em saúde. Nesse eixo efetuamos dezenove sessões de grupos de discussão com articuladores de EPS e apoiadores da PNH, com periodicidade mensal, intercaladas com três sessões de restituição das análises e vinte e nove entrevistas semiestruturadas realizadas com os mesmos.

As reuniões mensais eram convidadas pela instância estadual em calendário previamente estabelecido com os participantes. Havia um preparo antes em um dos municípios que se dispunha a receber a equipe de pesquisadores para o planejamento do encontro. Nas reuniões itinerantes nos municípios essas contavam com outros trabalhadores das equipes de saúde e da gestão, além do articulador de EPS e apoiador da PNH.

A base para o planejamento dos encontros era feita a partir da análise do encontro anterior e as necessidades verbalizadas pelo coletivo, por vezes uma roda de mais de 40 participantes. Para facilitar o diálogo realizávamos diferentes subgrupos: por região de saúde (são 4 pertencentes a DRS III de Araraquara), por porte de município, aleatoriamente, enfim. Nesses sub-grupos eram propostas atividades participativas como sessão de análise institucional de práticas profissionais, construção de narrativas, fotografias, vivencias com música e poesia, dentre outros.

As tensões que vinham para a roda em um primeiro movimento eram as dificuldades vivenciadas no papel do articulador de EPS e apoiador da PNH que se identificavam estando em um "entre": entre as expectativas dos gestores municipais de resolução de queixas da população dos serviços prestados, "entre" os trabalhadores que esperavam respostas aos problemas que vivenciavam como por exemplo: falta de pessoal, de material, dentre outros. Nesse contexto, a problematização do que apoiar/articular, quem, como, porque, para que e para quem guiavam as discussões nos grupos mensais.

Outro aspecto muito discutido nos encontros foi a agenda desses profissionais que acumulavam o trabalho para o qual foram contratados e o papel de apoio e articulação. Nesse sentido, enfermeiras, terapeutas ocupacionais, psicólogas, administradores de empresas, químicos, dentre outros profissionais, exerciam trabalhos em sua agenda nas equipes que trabalhavam e não dispunham de um horário destinado para as ações de apoio e articulação em outras equipes. Com o trabalho da pesquisa os gestores municipais asseguraram espaços de agenda e alguns municípios designaram esses trabalhadores em tempo integral para o exercício da função. As entrevistas foram realizadas em um momento mais final do projeto e visaram escutar mais individualmente esses agentes no que diz respeito ao como estavam vivenciando o trabalho junto as equipes.

Todo o material produzido através desses procedimentos metodológicos, foi discutido por restituição. A restituição é essencial no trabalho sócio clínico. "Ela permite « testar » as interpretações, mas também, e, sobretudo, assegurar que o pacto de trabalho permaneça ativo entre todos os participantes" (Monceau, 2015, p. 212). Esse mesmo valor é dado na pesquisa intervenção institucionalista. A restituição possibilita que os sujeitos expressem o que esses perceberam e que essa representação seja usada como um suporte para a reflexão coletiva. Apresentar mais questionamentos à população pesquisada que resultados definitivos, permite trabalhar o campo e se aproximar da dimensão institucional das implicações e das práticas.

Restituir é um processo que parte da premissa de que não se trata de devolução, uma vez que não se retira algo e simplesmente devolve-se, parte da perspectiva de que analisamos circunstanciados pelas implicações primarias e secundarias. Essas interpretações são fragmentarias e restritas, sua partilha com o coletivo vai interrogá-las e pode ampliar as análises realizadas. Como um dispositivo, a restituição provoca uma pausa/ruptura

nos processos vivenciados coletivamente em pesquisas do tipo intervenção, mas podem ainda fazer parte de processos formativos, especialmente aqueles que se destinam a análise e produção de práticas colaborativas e interprofissionais. Parte dos resultados parciais desse estudo, produzidas em conjunto com a população pesquisada, são apresentados a seguir.

O processo de restituição como dispositivo para a formação

Como vimos, a restituição se encontra na base de nosso estudo, produzindo ao mesmo tempo conhecimento, reflexão e (trans) formação dos atores sociais envolvidos no processo. Acerca da restituição e a participação no processo de pesquisa, Amador, Lazzarotto e Santos (2015, p. 235) pontuam que estas "(...) não constituem uma concessão, mas uma estratégia analítica deste modo de pesquisar-intervir que torna necessário o movimento de composição de um coletivo pesquisador". Apresentamos a seguir encontros de restituição vivenciado na pesquisa com os articuladores de educação permanente em saúde e com os apoiadores de humanização, coletivo pesquisador, produtor de novos mundos em que coexistem reproduções e invenções. Essas reuniões de restituição deram com a presença de convidados externos vindo a produzir o que os analistas institucionais chamam de "élargissement" que traduziremos por ampliação (Monceau, 2015) do campo de análise e de intervenção, mencionados acima.

Essa ampliação pode ocorrer com a participação de pessoas que não estavam presentes e que pela implicação primária e secundária permite ao grupo visualizar outros aspectos. A implicação é um processo de múltiplo e variado, de materialidade complexa e sobredeterminada, não sendo apenas subjetiva e constitui uma importante ferramenta para a produção de conhecimento nessa modalidade de pesquisa. A análise da implicação

na pesquisa-intervenção nos permite acessar a instituição, pois o que a instituição desencadeia em nós é sempre efeito de uma produção coletiva, remetendo a valores, interesses, expectativas, crenças, inserções sociais. As instituições produzem em nós implicações primárias, que correspondem a nossas implicações diretas com o território pesquisado. Contudo, Monceau (2008a e b) apresenta também as implicações secundárias, que possuem elementos institucionais que não se reduzem à instituição com a qual trabalhamos, mas que remete a campos mais amplos, nesse caso, a universidade, a educação, a saúde pública, a clínica, dentre outros. Campos que estiveram o tempo todo presentes, com suas tensões, demandas, conflitos e desafios.

Refletir sobre o que a instituição produz em nós é importante, uma vez que a instituição está sempre em processo, no jogo de forças opostas, o instituído e o instituinte, movimentando-se e tensionando-se. A força instituída opera para a conservação, a reprodução do que está estabelecido como norma. Por outro lado, a força instituinte sustenta novas expressões, alterando a composição da instituição (LOURAU, 2004). Dessa maneira, a instituição sustenta dialeticamente processos constantes e contraditórios, inerentes à sua existência.

Neste contexto, a primeira restituição da pesquisa ocorreu sinalizando aspectos sobre as reuniões de equipe, sobre os lugares e práticas dos apoiadores e articuladores e a resistência, pontos que tinham surgido em nossos encontros. Como vimos acima, a instituições e os processos sociais se fazem a partir de um jogo de forças contraditórias inerente a toda instituição, forças que estão presentes ora mantendo o que já existe, ora trazendo o novo, em um funcionamento processual e dinâmico. Os elementos que apontam essa tensão são chamados de analisadores que têm como função dar voz aos principais conflitos existentes no instituído, fazendo emergir a força instituinte que dará vida ao movimento do processo de institucionalização. Os analisadores

tornam visível não só o que é reproduzido pelas instituições, mas também a produção do inédito, do que gera conflito, produzindo desavenças no cotidiano institucional, comprovando que estas duas forças são parte da instituição e responsáveis por sua mudança. Assim, entendemos pontos como analisadores.

Sobre as reuniões de equipe houve assinalamento por parte da equipe de pesquisadores que apesar do esforço para se fundar esses espaços nos municípios envolvidos, eles se desenvolviam como espaços de passagem de informações do nível central para as equipes, lugar de informe e não de produção de trocas e de formação de profissionais, conforme a propostas da PNH e da PNEPS, e se afastavam da possibilidade de espaços de análise e reflexão da equipe sobre o que vinham produzindo. Nesse sentido, o funcionamento da equipe reproduzia relações hierárquicas e de pouco envolvimento dos profissionais e afastando da proposta ativa de práticas de cuidado com autonomia a ser perseguida pelas equipes nas intervenções com os usuários. Observamos aqui a força do instituído operando para a reprodução de uma mentalidade de saúde como ausência de doença, mantendo a passividade dos atores sociais, das equipes e dos usuários.

Na discussão desse ponto houve concordância sobre esse aspecto, como podemos perceber na fala de um participante:

> "Eu acho que é por isso que é um analisador importante porque ela revela esses movimentos... ela revela na verdade o que está instituído nas equipes, ela revela as relações de poder né, no sentido que é a enfermeira que chega com a pauta, no sentido de que o médico está autorizado a não participar e o dentista, ou aquela reunião só começa depois que o médico chegar (...)" (Articulador - Restituição 15/03/2018)

Assim, encontramos em nossa pesquisa a reprodução das posições clássicas de poder/saber. Os profissionais de nível universitário coordenam as reuniões, expressam as normas a serem seguidas que são muitas vezes pensadas na perspectiva da racionalidade. Em estudo sobre os encontros entre as equipes de apoio matricial e equipes de estratégia de saúde da família, Oliveira, Baduy e Melchior (2019) afirmam que:

> (...) há que se pensar o quanto se tem avançado na compreensão de como produzir o trabalho em equipe e como realizar o apoio a estas equipes (...) não basta chamar de "equipe" para que o trabalho em equipe aconteça no cotidiano. É necessário que se desenvolva estratégias para construir relações de trabalho mais coletivas. Assim como não basta criar um espaço de encontro ou mesmo mudar o nome de uma reunião de trabalho já existente e continuar operando do mesmo modo, com reuniões predominantemente informativas. É preciso pensar para além da definição de horários e espaços físicos para os encontros. Torna-se fundamental também a definição de estratégias, técnicas de como produzir reuniões formais que sejam encontros que transformem as práticas fragmentadas em práticas que produzam aprendizagem, corresponsabilização pelo cuidado, em que os participantes atuem efetivamente na dimensão cuidadora, ultrapassando os limites de seus núcleos profissionais. (p. 15).

Com relação aos lugares ocupados pelos apoiadores e articuladores e suas práticas os mesmos identificam aprendizados nos encontros da pesquisa formando-se um espaço de educação permanente para os mesmos. Desse modo, entendemos a emer-

gência de forças instituintes, de processos ativos de produção de formas de trabalhar e intervir humanizando as relações, como podemos ver nesse depoimento:

> "A gente agrega nesses encontros que a gente tem aqui, com os interesses do município, sejam interesses dos gestores, sejam interesses dos trabalhadores, sejam interesses nossos enquanto articulador e apoiador, do grupo de trabalho de humanização, a gente tenta desenvolver dessa forma, então eu penso assim, quando fala em articular, eu penso em articular política com pessoas né? Com o coletivo de trabalhadores e de gestores." (Articulador - Restituição 15/03/2018)

A perspectiva da importância da produção de espaços de reflexão sobre o trabalho de apoio e desse como ação de educação permanente foi também encontrada em estudo na Bahia (MACHADO et al, 2018). Os autores destacam o valor positivo desses encontros.

No terceiro analisador "resistência" partiu-se da discussão de que normalmente a resistência é algo do outro e impeditiva:

> "Mudanças, primeiramente. Porque na realidade, (...) toda vez que você traz alguma coisa nova ele acha que vai estar dando mais trabalho e não para melhorar aquilo que ele está fazendo. É isso a proposta, tentar melhorar aquilo que está acontecendo, para o usuário e para o funcionário. Mas eles muitas vezes não entendem, eles entendem que nós estamos trazendo mais trabalho." (Articulador - Restituição 15/03/2018)

Como os apoiadores da PNH e articuladores de EPS se aproximam das equipes para proposições como por exemplo de participação das reuniões da equipe ou mesmo da insistência em sua realização, referem encontrar resistências por parte dos profissionais o que é tomado como algo negativo e por vezes pessoal. Dizem também da resistência da população em participar de ações de prevenção e promoção e dos gestores que não apoiam mudanças que possam questionar a ordem instituída. Nesse sentido a resistência é um analisador e segundo Monceau (2009) não se trata de analisar as resistências, mas ao que essas resistências se opõem, contribuindo assim para favorecer novas formas de expressão nos grupos.

Foram discutidos ainda aspectos da resistência como necessária à vida e assim em seus aspectos positivos frente a exploração e imposição frequentes no trabalho em saúde. Entendemos que aqui, muitas vezes a resistência aparece como oposição, mas em outros momentos como invenção de estratégias de enfretamento face a situações complexas. Ao discutir acerca da necessidade de se pensar uma clínica que favoreça a autonomia dos usuários no SUS, Penido e Romagnoli (2018) destacam a importância da transversalidade no cotidiano dos serviços, como possibilidade de não submissão às relações hierárquicas que muitas vezes ainda se baseiam na ideia de que os usuários possuem somente um corpo biológico. A reprodução dessas relações se apoia em movimentos verticais, que efetuam reducionismos e que desqualificam outros saberes, se afastando da proposta de promoção de saúde negando a singularidade e da complexidade de cada processo de saúde-doença. Esse processo de resistência também esteve presente nos encontros com os apoiadores da PNH e articuladores de EPS manifestando-se em faltas, atrasos, atribuição as ações na função vinculada aos aspectos de perfil individual e mérito ao qual tem-se ou não, o que nega a aposta da produção em ato e nos encontros.

Por outro lado, a transversalidade agencia elementos heterogêneos, associando práticas e discursos, saberes diferentes que sustentam a autonomia, entre eles e com os usuários. A transversalidade é uma forma de resistência, pois produz, convoca, incita processos de subjetivação inventivos. Desse modo, o interjogo entre transversalidade e reprodução se fez presente e evidenciado nos momentos de restituição do estudo, nos processos coletivos de análise e reflexão do material que estávamos produzindo juntos.

No processo da pesquisa, a proposta da última restituição foi a construção coletiva, entre os pesquisadores, bolsistas e participantes de uma análise do percurso efetuado. Iniciamos com o varal de marcos/marcas deste processo, para todos os envolvidos e para o trabalho do apoiador (PNH) e articulador (EPS) nos territórios. Os novos articuladores e apoiadores foram convidados a expressar suas expectativas diante da função exercida. Para tal, foram disponibilizados materiais, tais como, canetas coloridas, papéis e cola colorida. O produto final com as marcas/marcos foram expressadas em palavras e desenhos e foram estendidos no varal. Em seguida, todos foram convidados a dividir sua criação com o grupo, de maneira voluntária. Algumas falas tratam sobre o avanço no conhecimento, sobre a função, apontando a importância do processo grupal e participativo na formação profissional:

> "(...) em tantos encontros aqui a gente vivenciou tanta coisa e isso gerou possibilidades e eu acho que a gente está no caminho de um avanço de coisas novas. O meu é o primeiro, tem três cores: o verde, o azul e o amarelo. Eu tentei fazer um caminho, porque na primeira vez que vocês falaram eu fiquei pensando no horizonte, que me abriu um mundo, um novo horizonte, e aí fiquei pensando (...) no percurso, no caminho. Eu

> acho que os encontros geraram possibilidades e essas possibilidades geraram um avanço." (...) "Encontro, possibilidade e avanços" (Articuladora/apoiadora - Restituição 05/11/2018)

Nessa perspectiva estudos apontam a importância da produção da grupalidade nas funções de apoio institucional (Cardoso, Oliveira, Furlan, 2016; Pavan & Trajano, 2014) Produzir espaços de troca e de inclusão da diferença, produzir encontros é também formativo e desafia as perspectivas instituídas do setor saúde. Há que se destacar que nem sempre esse aspecto é priorizado na formação inicial dos trabalhadores da saúde e muito menos entre diferentes formações na perspectiva interprofissional. Referimo-nos à educação interprofissional como a aquela que se interessa pelas práticas colaborativas e o trabalho em equipe. (Ministério da Saúde, 2017).

Este avanço, contribuiu para a escrita do PRO EPS-SUS, uma proposta do Ministério da Saúde com repasse financeiro diretamente aos municípios para desenvolvimento de ações de EPS. Nesse sentido, conhecer sua função, discutir e partilhar experiências produz capacidades e potências. Os participantes relatam ter buscado incluir todas as equipes do município em suas necessidades:

> "Quando eu sentei para fazer o projeto do PRO EPS-SUS eu percebi tudo isso, eu consegui fazer um desenho de um projeto, que eu não sei se eu não tivesse percorrido isso tudo com vocês, se eu teria aquele desenho de projeto que eu pensei, então eu acho que isso fez a diferença. (...) Outra coisa, isso é particular meu, que eu tenho melhorado é a questão da escrita, eu tinha

> uma dificuldade com a escrita e agora, nesse molde de fazer as narrativas, o próprio diário de bordo, a orientação que vocês sempre fazem que a gente precisa documentar tudo que a gente faz." (Articuladora/apoiadora- Restituição 05/11/2018)

As ferramentas construídas coletivamente e vivenciadas durante o processo foram destacadas como marcos que contribuíram para a função. Destacamos aqui a importância do coletivo no processo da pesquisa e na formação interprofissional. A transversalidade que apontamos acima, sustenta o coletivo, o produz e é por ele produzido. De acordo com Escóssia e Kastrup (2005), fundamentadas nas ideias de Deleuze e Guattari, o coletivo corresponde à dimensão de co-construção da realidade, que atua de forma molecular desfazendo a separação indivíduo e sociedade. Nessa forma de funcionamento não há posição e dicotomias, mas sim produção, agenciamentos e conexões, que produzem novas realidade, processos instituintes, forças que rompem com modelos que tendem a se repetir e que trazem mutações:

> "Mudou um pouco a minha visão de apoio, que eu faço esse trabalho ilusório, e diminuiu muito essa angústia que eu tinha. Eu tinha necessidade de dar respostas e eu acho que isso trouxe um impacto muito bom no meu trabalho, "vamos construir juntos, vamos encontrar as respostas juntos". E eu percebi também que eu consegui melhorar a minha habilidade de causar reflexões, tanto em mim quanto nos grupos, com essa questão da construção. Foi o que mais me marcou." (Apoiadora/articuladora- Restituição 05/11/2018)

Processo coletivo que se fez em imanência com a necessidade de modelos, que sim, foram desfeitos, mas foram perseguidos em um primeiro momento. Na fala a seguir, demonstra que a ideia de ferramenta como uma "receita de bolo" algo palpável foi desconstruída, dando lugar a percepção de que eles podem criar e recriar suas próprias ferramentas, levando em consideração as necessidades de cada território:

> "Existia inicialmente, naqueles primeiros momentos um encantamento com tudo aquilo que a gente foi vivenciando e experimentando das ferramentas, e a gente encontrou nesse encantamento possibilidades de a gente estar intervindo nas equipes. Só que com o passar do tempo a gente foi percebendo, de acordo com o amadurecimento pessoal de cada um do grupo no sentido de perceber que não dava mais para utilizar ferramenta, aquilo que a gente aprendeu como um conhecimento, como um instrumento, e "não, eu vou aplicar". (...) houve essa necessidade do que foi vivenciado como ferramenta e como instrumento de levar para as equipes. Hoje a gente percebe isso nas falas, um crescimento no sentido de avaliar tudo daquilo que a gente encontrou nesse processo. Eu acho que é um amadurecimento mesmo, de que não dá para ir fazendo e pegando, mas tem que olhar a gestão, tem que olhar as necessidades da equipe. Então os nossos ouvidos começaram a ser seletivos nisso tudo e eu acho que isso foi uma grande conquista desse projeto, que eu acho que teve essa avaliação, inicialmente era uma coisa mais entusiástica, de pegar o que foi aprendido e aplicar. (...) no sentido de que hora, em que

> momento, vamos aguardar, vamos esperar e vamos tentar conciliar as necessidades: demanda, necessidades da equipe, o que eu penso, como eu posso agrupar aquilo que eu tenho de ideia com aquilo que é a gestão e com aquilo que é necessidade. Eu senti bem rico isso na função do articulador." (Apoiadora/articuladora- Restituição 05/11/2018)

Durante o processo de desenvolvimento da pesquisa houve sucessivas trocas de secretários de saúde e a falta de apoio da gestão foi colocado como fator dificultador para o desenvolvimento da função. Tais como, dificuldades de realizar reunião com as equipes devido a agenda e demanda de atendimentos das unidades de saúde.

> "A gente avança, retrocede e tenho o privilégio de articular, de apoiar, fazer esse trabalho exclusivo lá, mas a gente tem muitas dificuldades também, não só a questão das equipes, mas de gestão, de compreensão e de valor que o gestor dá." (Apoiadora/articuladora- Restituição 05/11/2018)

> "Teve um ano que tiveram cinco trocas e cada um que entra tem uma forma de pensar, mas a gente percebe que não tem um planejamento de gestão, então as coisas vão sendo tocadas da maneira de apagar incêndio e isso reflete no nosso trabalho, enquanto núcleo, porque na maioria das vezes eles não entendem a transversalidade do núcleo e só nos colocam num momento de necessidade, como apagadores de fogo de determinados assuntos, isso atrapalha

> um pouco o nosso trabalho. Então às vezes o que prioridade da nossa gestão não é o que seria o ideal para o trabalho do grupo e acaba atrapalhando toda a nossa dinâmica, a gente não fica voltado exclusivamente para o trabalho do núcleo." (Apoiadora/articuladora- Restituição 05/11/2018)

Estudo realizado por Mori e Oliveira (2014), no Distrito Federal, também se deparou com a rotatividade de gestores e trabalhadores dificultando a implementação do apoio e da PNH. Esse fenômeno, com certeza, dificulta a efetivação do SUS.

Abarcar a realidade da Educação Permanente e a inserção dos atores socias nesse processo é lidar com a complexidade, com uma realidade na qual atuam a todo instante formas, modelos e forças, coletivos. Entendemos que nas práticas cotidianas que se exercem no SUS, temos reproduções, modelos já sedimentados que ainda estão presentes na relação entre as equipes e com os territórios, mas também encontramos forças, que escapam desses modelos, fluxos potentes que podem trazer outras dimensões; pela imanência da repetição e da invenção, de formas estratificadas e forças conectivas, formas e forças que coexistem (DELEUZE; PARNET, 1998). O grande desafio que se coloca para intervenções nesse processo é o encontrar as brechas nas formas e agir como força para a produção, prática coletiva e transversal.

Em diálogo com a proposta institucionalista, podemos afirmar que as formas seriam o instituído, tendendo a conservar, a manter o que já existe, lugares verticais, receitas de bolo, respostas prontas, por outro lado, as forças seriam o instituinte, elementos que afloram trazendo inédito, processos grupais de autonomia e de invenção. Um ponto importante que foi levantado pelo grupo de atores sociais foi a presença de indeterminações e de inseguranças.

Desta maneira, a discussão permeou as incertezas vividas por esses profissionais em suas atividades. O grupo abordou que um dos efeitos dessa incerteza é a espera da ordem vinda de instancias como a DRS e dos gestores e ainda o receio do certo e errado. Essa análise nos conduz a movimentos de hierarquia e verticalidade e se afasta da transversalidade, uma vez que a passividade e não a autonomia emerge como efeito das relações profissionais, se distanciando inclusive da possiblidade de deflagar a autonomia nos usuários, uma vez que a própria equipe não consegue sustentá-la.

Outro fator destacado foi a consolidação de um núcleo de apoiadores e articuladores, fortalecendo o trabalho em determinado município:

> "Algumas coisas que eu achei que começaram nesse processo todo da pesquisa, que consolidou a formação de um núcleo em [nome do município]; a gente conseguiu concretamente oficializar esse núcleo de educação permanente. (...) a gente participava [dos encontros] a gente voltava para o município na expectativa de se fazer algo, de se concretizar algo. Eu, acho que pela minha própria formação, fico pensando muito nessa questão de ter algo concreto para fazer, para executar, e senti que muitas vezes a gente falou, construiu muitas coisas principalmente nesses espaços, nas nossas reuniões, mas quando a gente tentava voltar para o município, tudo isso que a [nome] falou, era muito difícil concretizar com tudo que a gente vivenciou aqui. Então para mim o marco principal foi a formação desse núcleo em (nome da cidade), eu acho que foi um resultado e uma conquista para o

> município primeiramente. (...) espaço protegido, poder conversar, falar a mesma língua entre nós, pelo menos, para que a gente pudesse construir o projeto com a ideia de um, a ideia de outro, então eu acho que isso foi um marco." (Apoiadora/articuladora- Restituição 05/11/2018)

Melo et al (2016), em uma pesquisa que envolveu capitais brasileiras, concluíram sobre a importância do apoio também da gestão municipal para implementação das ações do apoio institucional.

A continuidade das ações de apoio institucional e de EPS junto as equipes especialmente de atenção primária à saúde nos parece uma possibilidade de reafirmação de uma sociedade que considere a saúde como um direito de todos. O fato de alguns municípios terem formalizado núcleos de apoio e EPS nos parece interessante e precisa ser acompanhado em seu movimento de institucionalização.

Os encontros promovidos pela pesquisa como um espaço possibilitou a trocas de conhecimentos e experiências, o que mostra novamente a importância do grupo e do coletivo. Ao fazer uma pesquisa avaliativa sobre a dimensão ético-estético política da humanização, Verdi, Finkler e Matias (2015) apontam que está se associa ao aumento da comunicação entre os sujeitos, á possibilidade de partilhar e trocar. Essa mesma leitura foi feita por um dos participantes;

> "A importância de a gente ter de fato esses espaços de troca e poder olhar, escutar e crescer juntos um com o outro, porque de fato, se a gente vier com demandas e normativas. As normativas são importantes, conhecer portaria, a gente tem

> uma média de 5 mil portarias por mês, conhecê-las é bacana, é importante, mas trazer isso do vivido e não a gente começar do outro lado, mas sim o movimento ao contrário. Então esses espaços que ficam e que devem ficar como um grande legado desse projeto todo." (Apoiadora/articuladora- Restituição 05/11/2018)

Verdi, Finkler e Matias (2015) apontam que coexistindo com uma formação tradicional, com modelos que muitas vezes viabilizam o processo formativo, podem surgir experiências singulares, linhas instituintes e inventivas para a variação de novas formas de atuar. Esses deslocamentos também se fazem nos encontros do processo de pesquisa, através de erros e acertos:

> "Eu coloquei a questão dos nossos encontros mensais. Acho que todo mundo já falou um pouquinho, esses encontros agregaram muitas coisas, trouxeram muitas ferramentas, trocas de experiência que às vezes é isso falta no nosso dia a dia. Em [nome do município] a gente já tinha um grupo que atuava, mas os nossos encontros aqui só vieram a somar, porque a gente realmente não sabe tudo, a gente no dia a dia se depara com muitas situações que a gente não sabe como fazer, o que fazer e daí aqui a gente conseguia sair com uma luz, com coisas diferentes pelo menos para tentar. Às vezes chegava lá, tentava e também não dava certo, mas tinha encontro no mês seguinte que a gente ia ter outros disparadores para voltar para o município, então esses encontros para mim foram fundamentais." (Apoiadora/articuladora- Restituição 05/11/2018)

Nessa direção, para Londero e Paulon (2018), é preciso multiplicar as experiências e trocas sobre o apoio produzindo espaços de "desaprendizagem" permanente, que podem produzir cuidados inventivos.

Considerações Finais

O presente trabalho aponta para potencialidades formativas que podem ser engendradas nos momentos da restituição em pesquisas do tipo intervenção. Esses momentos de pausa e partilha de analises produz outras possibilidades de sentidos para o que vai sendo produzido nos coletivos e com eles. Restituir é recriar e admitir que não há nada a ser devolvido como se houvesse retirada de algo pronto por alguém, antes, é mais uma possibilidade de encontrar e no encontro produzir análises e restabelecer pactos de produção conjunta.

Nesse processo destacamos a possibilidade de "testar" analisadores identificados primeiramente pela equipe de pesquisa e em coletivo dar passagem aos implícitos e não ditos no processo. Certamente há uma potência de aprendizagem que participa da formação interprofissional e da educação permanente de todos os envolvidos. Também permite que trabalhadores da academia e serviço se encontrem considerando as diferenças e assimetrias presentes nos processos instituídos de EPS e de pesquisas (Merhy e Feuerwerker, 2006).

Destacamos a importância de um posicionamento ético político que se declare e seja posto em análise nas modalidades de análise de implicação primaria e secundária. As leituras produzidas pelos conceitos da analise institucional são potentes para sustentar a formação de agentes para a implementação de políticas públicas que favoreçam a produção da vida e do cuidado, sentido do trabalho em saúde.

Referências Bibliográficas

AMADOR, F. S.; LAZZAROTTO, G. D. R.; SANTOS, N. I. S. Pesquisar-agir, pesquisar-intervir, pesquisar-interferir. **Revista Polis e Psique,** v. 5, n. 2, p. 228-248, 2015.

BELLEGARDE, P. Institutionnalisation, implication, restitution: Théorisation d'une pratique associative. **L'Homme & la Société**, v. 147, n. 1, p. 95-114, 2003. DOI: 10.3917/lhs.147.0095.

BORGES, F. A. et al. A análise de implicação profissional como um dispositivo de educação permanente em saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 27, e3189, 2019. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692019000100370&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16/12/2019. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.3114.3189.

CARDOSO, J. R.; OLIVEIRA, G. N.; FURLAN, P. G. Gestão democrática e práticas de apoio institucional na Atenção Primária à Saúde no Distrito Federal, Brasil. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2016, v.32, n.3, e00009315. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00009315.

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. **Interface (Botucatu)**, v. 9, n. 16, p. 161-168, 2005.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos. São Paulo: Escuta, 1988.**

ESCOSSIA, L.; KASTRUP, V. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em estudo,** Maringá , v. 10, n. 2, p. 295-304, 2005.

FORTUNA, C. M.; MONCEAU, G.; VALENTIM, S.; MENNANI, K. L. E. Uma pesquisa socioclínica na França: notas sobre a análise institucional. **Fractal, Revista de Psicologia,** v. 26, n, 2, p. 255-266, 2014.

LONDERO, M. F. P.; PAULON, S. M. Por um devir bicicleta no apoio à rede de saúde. Psicol. Soc., v. 30, e169755, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100212&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14/12/2019. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30169755.

LOURAU, R. "Objeto e método da Análise Institucional". In: ALTOÉ, S. (Org). **René Lourau: analista institucional em tempo integral.** São Paulo: Hucitec, p. 66-86, 2004.

LOURAU, R. Implication et surimplication. **Revue du Mauss, v.**10, p.110-120, 1990.

MACHADO, S. S. et al. Apoio Institucional na ótica de gestores, apoiadores e trabalhadores: uma aproximação da realidade a partir de diferentes lugares. **Interface (Botucatu)**, v. 22, n. 66, p. 813-825, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832018000300813&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14/12/2019. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622016.0829.

MELO, L. M. F. et al. Análises das diretrizes para o apoio institucional das gestões da Atenção Básica das capitais brasileiras. **Saúde debate,** v. 40, n. 108, p. 8-22, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14/12/2019. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104-2016108000

MERHY, E.; CAMARGO, L. M. F.; CECCIM, R. Burg. Educación Permanente en Salud: una Estrategia para Intervenir en la Micropolítica del Trabajo en Salud**. Salud colectiva,** v. 2, n.2, p. 147-160, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-82652006000200004&lng=es>. Acesso em: 12/12/2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2010. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf.> Acesso em: 27/10/2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). **Portaria n. 198/GM/MS de 13 de fevereiro de 2004 (BR)**. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://www.saude.pb.gov.br/site/geab/portaria198.pdf.> Acesso em: 01/11/2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). **Relatório final da oficina de alinhamento conceitual sobre educação e trabalho interprofissional em saúde,** 2017. Disponível em:<https://www.educacioninterprofesional.org/sites/default/files/fulltext/2018/pub_relatoria_eip_bra_2017_po.pdf>. Acesso em: 27/10/2017.

MONCEAU G., L'usage du concept de résistance pour analyser la coopération des parents d'élèves avec les enseignants dans l'institution scolaire. **Nouvelle revue de psychosociologie,** n. 7, p. 151-165, 2019.

MONCEAU, G. A socioclínica institucional para pesquisas em educação e em saúde. In: L'ABBATE, S.; MOURÃO, L.C.; PEZZATO, L.M. (Orgs.) **Análise institucional & Saúde Coletiva.** São Paulo: Editora Hucitec, p.91-103, 2013b.

MONCEAU, G. Como as instituições permeiam as práticas profissionais. Sócio-clínica institucional e formação de professores. In: GARRIDO, S. P.; FRANCO, S. M.A. (orgs). **Pesquisa em educação,** v. 1. Possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação, São Paulo (Brasil), Ed. Loyola, p. 27-73, 2008a.

MONCEAU, G. Effets d'une pratique clinique de recherche. In: KOHN, R. C. (coord.). **Pour une démarche clinique engagée.** Paris: L'Harmattan. P. 91-104, 2013a.

MONCEAU, G. Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 20, n. 1, p. 19-26, 2008b.

MONCEAU, G. Técnicas socio clínicas para a análise institucional das práticas sociais. **Psicologia em Revista,** v. 21, n. 1, p. 197-217, 2015.

MORI, M. E.; DE OLIVEIRA, O. V. M. Apoio institucional e cogestão: a experiência da Política Nacional de Humanização no Sistema Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal (DF), Brasil. **Interface (Botucatu)**, v. 18, supl. 1, p. 1063-1075, 2014. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000501063&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14/12/2019. DOI:http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0316.

NUNES, E. D. Saúde coletiva: uma história recente de um passado remoto. In: CAMPOS **et. al., Tratado de Saúde Coletiva.** São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ FIOCRUZ, p. 19-39, 2006.

OLIVEIRA, K S; BADUY, R; MELCHIOR, R. O encontro entre Núcleo de Apoio à Saúde da Família e as equipes de Saúde da Família: a produção de um coletivo cuidador. **Physis**, v. 29, n. 4, e290403, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312019000400601&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14/12/2019. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312019290403.

PAVAN, C.; TRAJANO, A. R. C. Apoio institucional e a experiência da Política Nacional de Humanização (PNH) na Freguesia do Ó, Brasilândia, São Paulo, Brasil. **Interface (Botucatu)**, v. 18, supl. 1, p. 1027-1040, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000501027&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14/12/2019. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0229.

PENIDO, C. F.; ROMAGNOLI, R. C. Apontamentos sobre a clínica da autonomia na promoção de saúde. **Psicologia e Sociedade, v.** 30, e173615, 2018. DOI: 10.1590/1807-0310/2018v30173615.

ROMAGNOLI, R. C. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. Revista **Psicologia & Sociedade,** v. 26, n. 1, p.44-52, 2014.

VERDI, M.; FINKLER, M.; MATIAS, M. C. S. A dimensão ético-estético-política da Humanização do SUS: estudo avaliativo da formação de apoiadores de Santa Catarina (2012-2014). **Epidemiologia, Serviço e Saúde**, v. 24, n. 3, p. 363-372, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222015000300363&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12/12/2019. DOI: http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742015000300003.

ISBN: 978-65-88826-00-3

CBL

9 786588 826003

REALIZAÇÃO

appos

CEFET-MG

UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

INSTITUTO FEDERAL
Minas Gerais
Campus Ouro Preto

APOIO

CAPES

PARCERIA

ÉRCAÉ

UNIVERSITÉ D'ORLEANS

université de TOURS

ufsj